

## “ANÁLISE CRÍTICA DA REFORMA DO SECTOR DA ÁGUA E SANEAMENTO EM CABO VERDE”

António Pedro B. **BORGES**

Engenheiro de Minas pelo IST, Consultor independente

E-mail: [apbborges77@hotmail.com](mailto:apbborges77@hotmail.com)

Tel.: +238 999 81 18

### Resumo

O Governo de Cabo Verde iniciou em 2012 uma profunda reforma do sector da água e saneamento, respondendo desta forma a dois grandes desideratos: por um lado, tentar suprir os grandes disfuncionamentos do sector, evidenciados por um estudo realizado em 2010 sob o impulso do MCC, na antecâmara do financiamento do II Compacto do MCA e por outro, materializar uma das exigências dos mais importantes parceiros do país no sector WASH, designadamente a Cooperação Luxemburguesa, o MCC e a União Europeia.

A reforma levada a cabo, com uma abrangência a nível nacional e a nível local, teve três valências, a saber:

- Uma **reforma institucional** que se traduziu na criação de novas instituições em contraponto à extinção de outras e com uma redefinição clara de competências e atribuições;
- Uma **reforma legal**, traduzida na elaboração e publicação de um novo Código de Água e Saneamento, incluindo a uniformização e harmonização de toda a legislação existente sobre o sector;
- Uma **reforma ao nível da prestação de serviços**, traduzida na criação de empresas intermunicipais, com maior escala e visando uma gestão empresarial e melhoria da qualidade do serviço da água e saneamento.

Decorridos 5 anos sobre o arranque deste processo, importa fazer uma análise crítica do caminho percorrido, dos resultados alcançados e dos objectivos falhados.

Sobretudo, importa fazer essa análise crítica no sentido de se introduzirem medidas correctivas e redefinir objectivos e metas, tendo em vista o objectivo maior que era o de disponibilizar água em quantidade e qualidade aceitáveis para o consumo das populações e para as actividades económicas, a preços acessíveis.

Para se conseguir esse desiderato, a regulação técnica e económica tem que ter um papel determinante.

Com efeito, a eficácia e eficiência das empresas prestadoras do serviço da água e saneamento deverão preocupações constantes e objectivos a serem perseguidos, tendo em vista a diminuição dos custos de produção para fazer baixar as tarifas, já que o preço da água em Cabo Verde é dos mais elevados do mundo.



Neste sentido, a diversificação das fontes de produção de água assume-se como um imperativo que passa pela valorização das águas superficiais, pelo tratamento e reutilização das águas residuais, e ainda a priorização do saneamento tanto no meio urbano como no meio rural.

De igual modo, a formação técnica e em capacidade de gestão afigura-se como um objectivo dos maiores e que está longe de ser conseguido, mas que é de uma importância decisiva para o êxito desta empreitada.

**Palavras-chave:** Reforma institucional e legal do sector, Regulação técnica e económica, prestação de serviços, diminuição dos custos de produção, saneamento, formação técnica.

**Tema:** Políticas públicas, governança e regulação.

## 1. NOTA DE INTRODUÇÃO

Desde a independência do país, ocorrida em 1975, a esta parte, o sector da água e saneamento em Cabo Verde foi já objecto de várias reformas.

Todavia, a que ainda está em curso e que foi iniciada em 2012 é seguramente a mais profunda e a que cobre um leque mais alargado das várias dimensões do sector.

Com efeito, apesar de avanços importantes verificados na melhoria do sector da água e saneamento, constatou-se em 2010, na sequência da publicação do PAGIRE e de um estudo elaborado pelo Ministério das Finanças na antecâmara do financiamento do II Compacto do MCA pelo Governo dos Estados Unidos, que uma série de constrangimentos que dificultava o desenvolvimento do sector, que por essa razão carecia de uma profunda reforma.

Assim sendo, foram definidos o alcance e a as valências da reforma que foi iniciada em 2102 e ainda segue seu curso.

A **dimensão institucional** da reforma traduziu-se na extinção do INGRH e na criação da nova autoridade do estado em matéria de água e saneamento, a ANAS, Agência Nacional de Água e Saneamento, no reforço de capacidades e de competências de algumas instituições existentes, designadamente da DNA, Direcção Nacional do Ambiente e da ARE, Agência de Regulação Económica.

A **dimensão legal** da reforma traduziu-se na elaboração e publicação de um novo Código de Água e Saneamento, CAS, que uniformizou toda a legislação esparsa antes existente e definiu as competências de todos os órgãos de gestão e reafirmou a dominialidade pública da água.

No que se refere à **reforma ao nível da prestação dos serviços**, foram extintos os SAAS, Serviços Autónomos de Água e Saneamento das Câmaras Municipais e foi criada uma empresa única para cobrir toda a Ilha de Santiago, a Águas de Santiago. A ideia é replicar esse modelo em todas as ilhas com mais do que um município, à semelhança do que já existia nas Ilhas do Fogo e Brava, onde a empresa intermunicipal Águabrava prestava e presta o serviço para os 4 municípios destas duas Ilhas.

Há ainda a **dimensão financiamento do sector**, que prevê a criação de um mecanismo perene de financiamento, através do estabelecimento de um Fundo de Financiamento do Sector (FASA) destinado a financiar a construção de infraestruturas de água e saneamento aos municípios, empresas intermunicipais e mesmo a empresas privadas, sendo que esse fundo deverá alimentado pela contribuição dos parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde e pelo Orçamento Geral do Estado.

Essa empreitada teve um grande impulso e suporte técnico e financeiro dos vários parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, mas especialmente do Governo dos Estados Unidos, através do II Compacto do MCC, Millenium Challenge Corporation e do Governo do Luxemburgo, através do IV Programa Indicativo de Cooperação (IV PIC).

Decorridos mais de cinco anos sobre o início desta reforma, importa agora fazer uma análise crítica do seu avanço, dos resultados alcançados e sobretudo do impacto que teve na melhoria da qualidade do serviço da água e saneamento, que era e é afinal o seu objectivo maior.

Importa também analisar as razões porque alguns dos objectivos inicialmente preconizados ainda não estarão realizados e propor medidas correctivas visando a sua consecução.

## 2. DESCRIÇÃO DA REFORMA

Como já foi referido, a reforma tem as seguintes dimensões:

- Reforma institucional;
- Reforma ao nível do quadro legal;
- Reforma ao nível da prestação de serviços;
- Reforma ao nível do financiamento do sector.

### 2.1 REFORMA INSTITUCIONAL

A arquitectura institucional do sector da água antes da reforma de 2012 caracterizava-se por ter três níveis de intervenção (vide fig. 1).

Num primeiro nível, o da decisão de políticas, estava o Conselho Nacional de Águas, **CNAG**, órgão interministerial presidido pelo ministro que tutelava o sector da agricultura e do ambiente integrando ainda os responsáveis ministeriais das infraestruturas, finanças, saúde e administração local.

O CNAG tinha funções deliberativas, de orientação e definição de políticas.

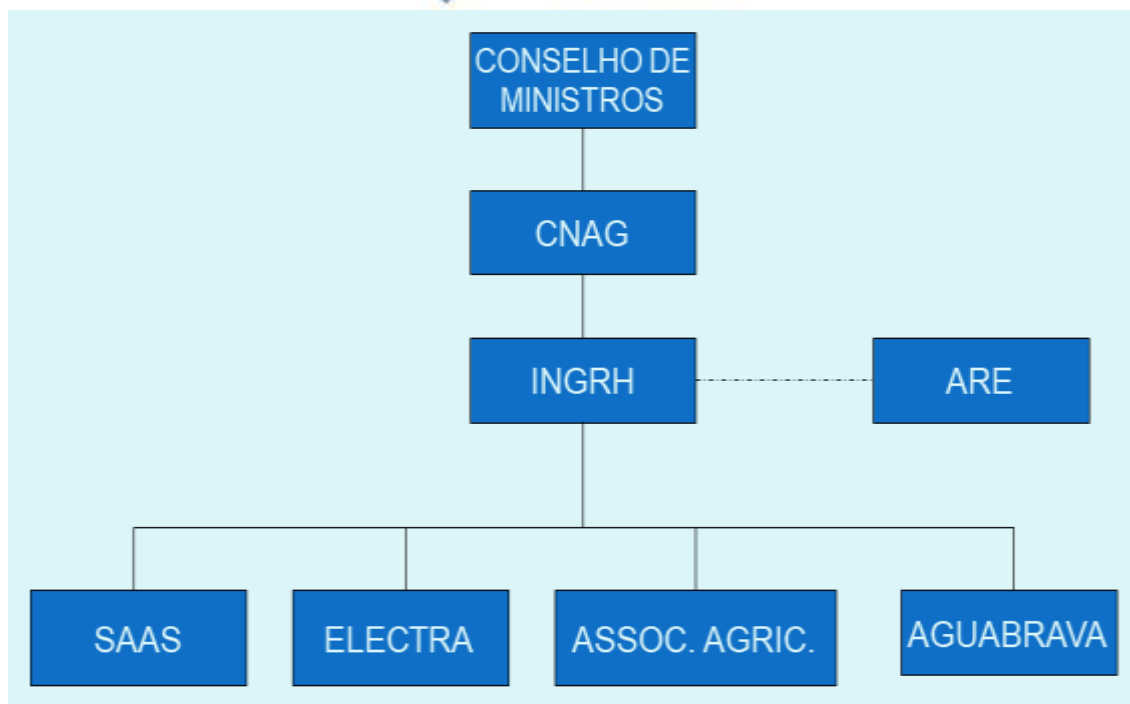
O seu órgão executivo o **INGRH**, Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, estava num segundo nível de intervenção, e a sua função era a de implementar as deliberações do CNAG, regular tecnicamente o sector, mobilizar e gerir os investimentos para o sector e representar o Estado em matéria de água.

Num terceiro nível, o da prestação do serviço, tínhamos os **SAAS**, Serviços Autónomos de Água e Saneamento, em tudo dependente dos Presidentes das Câmaras Municipais, sobretudo nos municípios rurais, já que nos centros urbanos principais actuava a **ELECTRA**, e pelo menos duas empresas privadas e uma empresa intermunicipal, a **Aguabrava**.

Nesse nível, também estavam as associações de agricultores e alguns privados que geriam a água para a agricultura em regime de licença de exploração.

Antes da reforma, a regulação económica exercida pela **ARE**, Agência de Regulação Económica, incidia única e exclusivamente sobre a água de consumo produzida e distribuída pela **ELECTRA**, maioritariamente, água do mar dessalinizada.

Esse arranjo institucional começou, no entanto, a evidenciar as suas limitações.



**Fig. 1** – Arquitectura institucional do sector, antes da reforma de 2012

Com efeito, o CNAG funcionava com dificuldades, o saneamento não tinha liderança institucional claramente definida, a qualidade de serviço prestada pelos SAAS era insuficiente, fruto de muita ineficiência, perdas elevadas e gestão deficiente, com intromissão dos poderes políticos.

Por tudo isso, a reforma começou por redefinir o quadro institucional, cujos principais resultados foram:

- Extinção do CNAG e do INGRH;
- Criação de um Conselho Nacional de Água e Saneamento, **CNAS**, órgão consultivo do Governo;
- Criação de uma Agência Nacional de Água e Saneamento, **ANAS** com atribuições e competências mais alargadas que antigo INGRH, designadamente com funções de tutela sobre o saneamento e sobre a água de todas as origens;
- Reforço de competências da ARE e da DNA, no âmbito da regulação económica e ambiental.

Ao nível da prestação do serviço, foram extintos os SAAS dos Municípios e criada uma empresa única para a Ilha de Santiago, a Águas de Santiago, **AdS**, gerando assim escala e reduzindo o excedente de pessoal que se verificava nos SAAS e sobretudo projectando uma gestão empresarial eficiente e sem a ingerência directa dos poderes políticos.

Este modelo deverá ser replicado muito proximamente nas restantes ilhas do país com mais de um município, para além de que continuarão a funcionar as empresas privadas ou as que resultam de parcerias público-privadas.

## GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: NOVOS DESAFIOS



**Fig. 2 –** Arquitetura institucional do sector, depois da reforma de 2012

Um aspecto inovador da reforma é também a separação da gestão da água para a agricultura cujo processo de implementação irá arrancar muito brevemente, na sequência de um estudo específico acabado de elaborar.

## 2.2 REFORMA DO QUADRO LEGAL

A dimensão legal da reforma do sector traduziu-se na elaboração e publicação de um Novo Código de Água e Saneamento, CAS, que para além de uniformizar toda a legislação dispersa que existia sobre o sector da água e saneamento, reforma alguns princípios fundamentais e sobretudo integra o saneamento impulsionando-o para um nível de prioridades mais elevado, que antes não tinha.

Com efeito, o CAS passa não só a abarcar o subsector do saneamento mas também a legislar sobre a água proveniente de todas as origens e inclui ainda todos os sistemas de abastecimento e reutilização de águas residuais tratadas, matérias que não eram consideradas no Código de Água de 84 e revisto em 99.

Um outro item contemplado pelo CAS é a questão dos resíduos sólidos.

No que se refere à Titularidade dos Recursos Hídricos, o CAS reafirma a dominialidade pública de todos os recursos hídricos, que já vinha do Código de Água de 1984, pelo que os mesmos pertencem ao domínio público do Estado de Cabo Verde, assim como as obras hidráulicas e as infraestruturas de saneamento realizadas por pessoas colectivas de direito público, as destinadas a uso público ou afins de utilidade pública e ainda as obras hidráulicas, as infraestruturas de saneamento, as instalações e demais bens imóveis afectos às concessões de gestão de recursos hídricos.

De igual modo, o CAS define o Regime do Domínio Público das obras e infraestruturas hidráulicas, o Ordenamento dos Recursos Hídricos que compatibiliza o uso com a protecção e a gestão sustentável e define quais os Instrumentos de Planificação dos recursos hídricos, que são o PAGIRE, o PLENAS e os PDAS, por essa ordem hierárquica.

O CAS define ainda os usos, estabelece normas quanto ao licenciamento e ao registo nacional dos recursos hídricos, estabelece o regime económico e financeiro, em particular e os grandes princípios que devem enformar o regime tarifário, e, por fim, prevê o regime das coimas e contra-ordenações.

O CAS entrou em vigor a 18 de Dezembro de 2015 e revogou um conjunto de diplomas até então vigentes<sup>1</sup>, passando a ser a principal fonte de direito em Cabo Verde, em matéria de água e saneamento.

## 2.3 REFORMA AO NÍVEL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Antes da reforma de 2012, a prestação do serviço da água e saneamento em Cabo Verde, era exercida através das duas seguintes modalidades:

- i. Pelos Serviços Autónomos das Câmaras Municipais, SAAS, nos municípios rurais e onde a maioria da água era de origem subterrânea;
- ii. E nos centros urbanos pela empresa pública ELECTRA e onde a maioria da água distribuída é água do mar dessalinizada.

A reforma, com o fito de criar escala, extinguiu os SAAS nos nove municípios da Ilha de Santiago e em sua substituição criou uma empresa única ao nível da ilha para cobrir o serviço em toda a Ilha de Santiago, sendo que o mesmo modelo deverá ser replicado nas outras ilhas onde existe mais que um município

Nas ilhas onde o serviço era prestado pela ELECTRA, a situação vai-se manter, pelo menos em termos de prestação do serviço.

---

<sup>1 1</sup> Foram revogados os seguintes diplomas: Lei n.º 41/II/84, de 18 de Junho; Decreto n.º 82/87, de 1 de Agosto; Decreto n.º 166/87, de 31 de Dezembro; Decreto n.º 167/87, de 31 de Dezembro; e o Decreto-Lei n.º 30/2013, de 12 de Setembro.



Ainda assim existem situações muito específicas como é o caso da Ilha de Santo Antão, onde cada um dos três municípios tem um SAAS, mas num deles, o de Poro Novo, a produção da água dessalinizada é feita por uma empresa resultante de uma parceria público-privada que a vende ao SAAS para proceder à sua distribuição.

Em síntese, podemos dizer que do ponto de vista organizacional, a reforma iniciada em 2012 dá resposta a um conjunto de problemas até então existentes, designadamente: i) o vazio institucional que existia à data relativamente ao saneamento; ii) a dispersão e sobreposição de competências agravada pela ausência de um chefe de fila claro; e iii) a liderança da gestão dos resíduos sólidos.

Com efeito, com a criação da ANAS pela Lei n.º 46/VIII/2013 de 17 de Setembro, o sector passa a dispor de uma liderança institucional clara e forte e as ambiguidades antes existentes são eliminadas, já que a ANAS responde pela:

- Gestão das águas de todas as origens;
- Saneamento em todas as suas vertentes;
- Implementação das políticas governamentais e a gestão integrada dos investimentos no sector da água e saneamento;
- Planeamento estratégico;
- Seguimento;
- Regulação técnica, a supervisão e a monitorização dos serviços de produção, distribuição e comercialização de água;
- Tratamento de efluentes líquidos;
- Gestão e tratamento dos resíduos sólidos, em todo o território nacional.

Concomitantemente, foi criado o CNAS pela Lei n.º 45/VIII/2013 de 17 de Setembro, um órgão de natureza consultiva cuja missão principal é assegurar a concertação de posições dos diversos stakeholders em matéria de definição, implementação e fiscalização de políticas públicas relacionadas com a água e o saneamento.

### **3. ANÁLISE CRÍTICA DA REFORMA**

Extintas as instituições que existiam antes da reforma e instaladas as novas no âmbito deste processo, importa agora avaliar, decorridos quase seis anos sobre o seu início, se:

- As instituições criadas funcionam com a abrangência e as competências para as quais foram criadas exercendo uma clara liderança do sector e com funções bem definidas;
- Se o serviço da água e saneamento melhoraram;
- Se os preços baixaram ou se, pelo menos, não se agravaram;
- Se os utentes fazem uma avaliação positiva do serviço que lhes é oferecido; e
- Se a sustentabilidade e o financiamento do sector tem estão garantidos.



Afinal de contas, foi para se conseguir esses desideratos é que se empreendeu a reforma do sector.

Vejamos em detalhe o que não foi conseguido ou que poderia e deveria ser melhorado.

### 3.1 Recursos humanos

Nesse particular e no que se refere à liderança institucional, a ANAS já funciona e tem vindo paulatinamente a assumir as suas atribuições, ainda que não com a celeridade que seria expectável e desejável.

Com efeito, e para apenas citar um exemplo, a gestão e tudo o que se relaciona com a valorização das águas superficiais não está ainda sendo liderado pela ANAS na sua plenitude.

Uma das razões desta debilidade, que parece ser evidente, e do nosso ponto de vista o calcanhar de Aquiles da novel instituição, é a falta de **recursos humanos** à altura dos novos desafios e responsabilidades da ANAS.

Aliás, esse aspecto que não terá sido suficientemente cuidado aquando da instalação da nova instituição líder do sector da água e saneamento, tendo-se verificado a aposentação dos técnicos mais experientes e continuando a faltar técnicos especialistas em valorização de recursos superficiais e do saneamento, por exemplo.

De resto, a falta de recursos humanos à altura, parece também ser o grande desafio para a Águas de Santiago o que tem-se repercutido na qualidade do serviço prestado até agora.

### 3.2 Seguimento e avaliação

Um outro aspecto menos conseguido da reforma, pese embora as boas intenções que ditaram o desenho da arquitectura em vigor é a questão do **seguimento e avaliação**.

Na verdade, tarda em ficar operacional a estrutura que foi concebida para responder pelo seguimento e avaliação do sector em todas as suas valências: exploração e gestão dos recursos subterrâneos, valorização dos recursos superficiais, monitorização dos custos de produção da água dessalinizada e qualidade da prestação do serviço de água e saneamento pelos diferentes operadores de serviço.

Foram feitos estudos específicos para esse item, com a escolha criteriosa dos indicadores a serem seguidos, mas até agora a estrutura não está montada e a funcionar

De resto, esse instrumento seria indispensável para que a ARE pudesse exercer na plenitude e com propriedade as suas atribuições de regulador económico, fixando as tarifas e impedindo que as ineficiências de gestão sejam repassadas ao consumidor via tarifa.

### 3.3 Regulação económica

Atribuição da ARE, esta valência da reforma não está ainda a funcionar como foi inicialmente desenhado. Na verdade, além de não funcionar o Conselho Consultivo da ARE, como estabelecido pelo CAS e pelos estatutos da ARE, esta ainda limita-se a fixar apenas as tarifas para a água dessalinizada distribuída nos centros urbanos mais importantes.

Ficam de fora a água utilizada na agricultura (de origem subterrânea e superficial) e ficam de fora também os operadores cujos estatutos ainda não estão em conformidade com a

legislação ou que a estrutura de custos não é suficientemente clara para permitir a intervenção da ARE.

Ora, em todo este processo a ARE deveria ter uma atitude mais proactiva e ela própria deveria intervir no sentido de fazer eliminar essas disfuncionalidades e poder assim ter condições de regular toda a água produzida e distribuída para todos os fins, como foi o propósito inicial, quando a reforma foi desenhada.

As tarifas, continuam sendo muito elevadas sem que se possa afirmar com propriedade se a eficiência energética na produção não poderiam ser melhorada para fazer baixar os custos de produção e em consequência as tarifas.

### **3.4 Gestão da água para a agricultura**

A agricultura é de longe o maior consumidor de toda a água produzida, na ordem dos setenta por cento.

Ora, um dos objectivos essenciais da reforma era separar a gestão da água de consumo da água utilizada na agricultura.

Nesse sentido, um estudo específico foi realizado, mas os atrasos na sua finalização fizeram com que esta continuasse a ser um grande desafio, estando a água para agricultura a ter uma gestão algo deficiente e não uniforme.

Com efeito, o seu modo de gestão não só varia de concelho a concelho, mas também de ilha a ilha, com preços muito diferenciados e não sujeitos à regulação da ARE.

Na verdade, os operadores do serviço tanto são associações de agricultores, como os SAAS e privados. Em nenhum caso não há a estrutura de custos claramente definida o que dificulta a intervenção da ARE na fixação das tarifas.

A eficiência de rega continua sendo baixa e a expansão da área irrigada está fortemente limitada em algumas ilhas pela fraca disponibilidade de recursos hídricos, pelo que é imperativo melhorar a gestão dos recursos existentes com métodos de rega mais eficientes (generalização da rega gota-a-gota, por exemplo), fomentar a utilização das águas residuais tratadas, investir na construção e manutenção das infraestruturas existentes de produção, armazenamento e distribuição e, sobretudo, eliminar as perdas físicas.

### **3.5 O papel dos parceiros do desenvolvimento e o engajamento político**

A reforma foi sobretudo impulsionada pelos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde no sector da água, designadamente, o MMC, Millennium Challenge Corporation e a Cooperação Luxemburguesa.

Os principais documentos e estudos de suporte foram elaborados e financiados no âmbito de programas levados a cabo por esses parceiros, designadamente através do II Compacto do MCC e do “CVE 078 - Apoio ao PAGIRE”.

Ora, o primeiro daqueles programas teve o seu término em Novembro de 2017 e o segundo em meados de 2016.

Entretanto mudou há cerca de dois anos o ciclo político em Cabo Verde, pelo que apesar de formalmente haver um consenso sobre a necessidade e utilidade desse processo, fica

sempre a ideia de algum refreamento de entusiasmo na implementação das medidas preconizadas pela reforma.

Por outro lado, um dos aspectos que parecem ser evidentes é que há uma grande produção de estudos e documentos orientadores de grande importância mas que não são suficientemente difundidos e socializados ao nível da comunidade técnica e dos decisores políticos, visando a implementação das suas recomendações.

A “pressão” exercida pelos programas referidos, deixa de existir uma vez terminados, pese embora o facto de programa CVE 078 ter sido continuado pelo CVE 082 da Cooperação Luxemburguesa, iniciado há cerca de um ano.

Falhou a criação no seio da tutela do sector de uma estrutura de acompanhamento da reforma que seria uma maneira de monitorizar o processo.

### **3.6 Mecanismo perene de financiamento do sector**

A constituição de um mecanismo perene de financiamento do sector foi idealizada como sendo a pedra basilar da reforma.

Durante a implementação do II Compacto do MCA, funcionou no seio da Unidade de Gestão o FASA, Fundo de Água e Saneamento, exclusivamente com Fundos do Programa e que acabou com o fim do Compacto.

Ora, a ideia inicial, no âmbito da reforma, era de transformar o FASA num fundo nacional perene, gerido pela ANAS e ser alimentado pelas contribuições de diversos parceiros e pelo próprio orçamento do estado.

Embora a ideia não tenha sido abandonada, a verdade é que ela tarda em ser implementada.

Por outro lado, a ideia de fazer funcionar no seio da tutela do sector, na altura, o Ministério do Ambiente, uma estrutura de coordenação sectorial que seguiria a reforma falhou. Nesse sentido, ficou um vazio em termos de avaliação e acompanhamento do processo da reforma.

## **4. CONCLUSÕES**

A reforma iniciada em 2012 produziu resultados muito positivos traduzidos essencialmente na extinção de instituições que já se mostravam esgotadas e na criação de novas instituições com competências mais alargadas.

A clarificação de papéis dos diferentes actores do sector foi sem dúvida um ganho importante e a redefinição de prioridades que trouxe o saneamento para o primeiro plano foi também o resultado concreto.

A reforma do quadro legal que se exprimiu na elaboração de um novo Código de Água e Saneamento que uniformizou toda a legislação existente foi também um ganho importante.

Do mesmo modo, a criação de empresas intermunicipais com maior escala e estruturas de funcionamento mais performantes visando a prestação de um serviço de melhor qualidade



afigura-se também com um dos grandes ganhos do sector na decorrência da implementação da reforma.

Todavia, alguns aspectos deverão ainda ser melhorados, sob pena de as instituições criadas não funcionarem da forma como foram idealizadas e o serviço e os preços dos mesmos não corresponderem às expectativas dos utentes.

Nesse sentido, a formação dos recursos humanos afigura-se como sendo uma das prioridades mais urgentes, da mesma forma que a implementação de recomendações plasmadas em estudos apurados e específicos é necessária para se conseguir alcançar os objectivos preconizados pela reforma.

Assim, a instalação da unidade de seguimento e avaliação do sector, a criação e funcionamento do fundo de financiamento do sector, a separação efectiva da água de consumo da de rega, bem como o fomento da criação de operadores do serviço da água de rega, são indispensáveis para que a reforma ganhe novo vigor pujança e consiga os resultados que dela se espera.

Por fim, a ARE deverá assumir na plenitude o papel que lhe cabe no âmbito deste processo e assumir efectivamente a regulação económica de toda a água produzida e para todos os fins.

Cidade da Praia, Fevereiro de 2018



### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. “CAS - Código de Água e Saneamento” – Decreto-Legislativo nº 3/2015 de 19 de Outubro.
2. “PAGIRE - Plano de Acção Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos”, Vols. I e II, INGRH (2010).
3. “PLENAS - Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento”, Ministério das Finanças e Millenium Challenge Corporation, Tomo I (Praia, 2012).
4. “Relatório do Coordenador da Comissão de Reforma do Sector de Água e Saneamento”, António Pedro B. BORGES, Praia, Abril de 2013.
5. *RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SOBRE AS LEIS E PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS ADAPTADAS À GIRE EM CABO VERDE*, CRUZ, ANAS, Ilídio e BORGES, António Pedro, Agosto de 2017.
6. “Mecanismo de arbitragem e facilitação de resolução de conflitos ambientais associados ao múltiplo uso da água em regime de escassez e competição”, CRUZ, Ilídio e BORGES, António Pedro, Dezembro de 2017.
7. *ÁGUA PARA REGA - ESTUDO DO SEU MODELO DE GESTÃO. RESPECTIVA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA. ESTRUTURA TARIFÁRIA E TAXAS/TARIFAS APLICÁVEIS*, MCA II, ROMÃO, António, Dezembro de 2018.